

O deputado do PT, indiciado na Lei de Segurança Nacional.

16 JUL 1987

16 JUL 1987

JORNAL DA TARDE

Saney

"Farsante e mentiroso." Por causa dessas duas palavras dirigidas ao presidente Sarney e pronunciadas no comício da praça da Sé, no último domingo, o presidente regional do PT, Djalma Bom, foi indiciado ontem na Lei de Segurança Nacional.

Djalma esteve na Polícia Federal por duas horas, prestando depoimento em dois inquéritos diferentes: um deles sobre seu discurso na praça da Sé, e o outro sobre declarações que tem dado aos jornais, favoráveis aos saques em lojas e supermercados. Ele foi indiciado na LSN, pelo seu pronunciamento na praça da Sé, no artigo 26, que trata de "ofensas à honra do presidente da República". Em relação aos saques, Djalma respondeu a uma investigação preliminar sobre as declarações aos jornais.

Ao deixar o prédio da Polícia Federal, na rua Piauí, no final da tarde, acompanhado de seu advogado, Luís Eduardo Greenhalgh, Djalma Bom disse que seu indiciamento foi uma tentativa de "intimidação" e que não ofende a figura do presidente da República. "Quando falei em farsante e mentiroso era uma referência à Nova República e ao governo que representa o presidente Sarney. Um governo que faz promessas e não cumpre." Djalma disse estar "indignado" com seu indiciamento, porque ele ocorre na Nova República, com o PMDB — um partido que sempre foi contra a LSN — no poder.

Em relação aos saques, Djalma Bom explicou que seu apoio "é a compreensão da necessidade que a população tem de buscar alimentos para suprir suas carências. Não estimulamos e nem organizamos os saques. Mas também não condenamos essa atitude".

Entretanto o mais grave, na opinião do advogado Luís Eduardo Greenhalgh, é que

Djalma Bom foi indiciado sem ter sido ouvido. Ele disse que o presidente regional do PT estava nessa condição, por ordens superiores antes mesmo de depor, "o que significa um jogo de cartas marcadas. Mais uma vez se usa a LSN como instrumento de perseguição política".

Mas o delegado Jayme Petra, que indiciou Djalma Bom, não recebeu ordens do ministro da Justiça, Paulo Brossard, ou do presidente Sarney, pelo menos segundo o chefe de comunicação social da PF, delegado Jair Barbosa Martins. "A autoridade policial tem absoluta autoridade, como o próprio nome diz, para decidir a respeito do indiciamento ou não. Isso não depende de determinação. Não existe ordem do ministro Brossard ou do presidente. O delegado que preside o inquérito é absoluto. É iniciativa do Deops. O indiciamento foi baseado nas investigações e nos fatos apresentados na imprensa, que são do conhecimento público", afirmou.

Greenhalgh acredita que o inquérito de Djalma Bom não irá dar em nada, e diz que "esse tipo de intimação política" não é novo no País. "Quando não se pode conviver com idéias antagônicas se persegue as pessoas. Acontecia assim no regime militar. O que é novo é um fato desse tipo ocorrer na Nova República".

Além de Djalma Bom, foram intimados a depor na Polícia Federal o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, e o diretor regional da entidade, Jorge Coelho — que irão falar sobre seus discursos no comício das diretas, na Sé, e Gilberto Natalini, presidente regional do PC do B, e Vicente Paula Filho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, sobre o incitamento aos saques.

Começa hoje o congresso do PCB

O 8º Congresso Nacional do PCB, o primeiro na legalidade, começa hoje em Brasília, com a presença de diversas delegações estrangeiras — entre elas a do Vietnã, país que não mantém relações diplomáticas com o Brasil. O ponto alto do encontro dos comunistas será no domingo, quando será eleito o comitê central do partido.

O deputado Roberto Freire (PE), de 47 anos, deverá ser eleito secretário-geral do PCB. Algumas propostas serão apreciadas no congresso — uma delas é a criação do cargo de substituto do secretário-geral. Para atrair público para o congresso, que vai até domingo, os comunistas prepararam uma extensa programação cultural.